

ARTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM VITÓRIA/ES: PERCEPÇÕES E APONTAMENTOS

Adélia Pacheco de Freitas Oliveira / FAE – Universidade Federal do Espírito Santo

RESUMO

O presente texto é parte da pesquisa de mestrado, em andamento¹ no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, na linha de pesquisa Educação e Linguagens. A investigação, realizada na Rede Municipal de Ensino de Vitória - Espírito Santo introduz discussões acerca do processo de inclusão do ensino de artes na Educação Infantil. Busca, a partir de levantamento bibliográfico, resgatar brevemente o percurso histórico que encampa a figura do "dinamizador" na escola. Os resultados parciais apontam para dificuldades e perspectivas nas várias tentativas de inserção da arte na Educação Infantil, a exemplo do Projeto de Educação Multicultural de Vitória - PROEMV, como projeto piloto que culmina na proposta do professor dinamizador, formato em prática nas unidades de ensino atualmente.

PALAVRAS-CHAVE

leitura de imagens; educação infantil; experiência estética.

ABSTRACT

This text is part of the master's research, underway in the Post-Graduate Programme in Education, at Federal University of Espírito Santo, in the Education and Languages research line. The study, carried out at Vitória's Municipal Schools – Espírito Santo, introduces discussions about the inclusion of arts education process in kindergarten. It aims, from bibliographic survey, briefly rescue the historical path that embodies the figure of the "facilitator" in school. Partial results point to problems and prospects in the various attempts to insert art in kindergarten, such as the Vitória's Multicultural Education Project - PROEMV, a pilot project that culminates in the proposed dynamic teacher, which is currently the format in place in education units.

KEYWORDS

reading images; childhood education; aesthetic experience.

Introdução

O artigo trata de apontamentos a respeito da leitura de imagens com crianças da Educação Infantil (EI), faz parte de estudos para campo a dissertação de mestrado, que se encontra em andamento refletindo sobre o pensamento de importantes autores e pesquisadores. Pretendemos trazer contribuições sobre a inserção da arte na Educação Infantil na Rede Municipal de Ensino de Vitória, ES. Para iniciarmos nossos diálogos apresentamos um breve resgate da arte na história da educação brasileira, dando ênfase à educação infantil e a arte.

O ensino de arte no Brasil

As experiências relacionadas ao ensino de arte na educação escolar no Brasil só aparecem no final do Império, e desenvolvem-se lentamente nos anos seguintes. Ao longo da história da educação brasileira, as práticas educativas escolares em Arte foram marcadas pelo desinteresse por parte dos legisladores e educadores. A regulamentação da disciplina “Educação Artística” consolidada na Lei Federal 5.692/71 e o Parecer 540/77, apresentado seis anos após a regulamentação que não reconhecia mais a Arte como disciplina, isto é, como campo específico de conhecimento, definindo a Arte apenas como atividade, atesta a situação de descaso.

Apesar da instabilidade da Arte na educação escolar, iniciativas significativas surgiram desde o início dos anos 80, situadas no bojo das transformações socioeconômicas, políticas e educacionais que o país passou a partir dessa época. Destacam-se no campo educacional as publicações críticas em torno do papel sócio-político da escola na sociedade brasileira, do processo de construção e apropriação do conhecimento na escola, das formas de organização e estruturação curricular, da redefinição de objetivos, conteúdos e métodos de ensino. Ainda na década de 80 surgiu o movimento de Arte-Educação, que resultou na mobilização de grupos de professores de Arte, com o propósito de conscientizar e organizar os profissionais. Essa mobilização possibilitou a ampliação das discussões sobre aprimoramento e valorização do professor.

Outra iniciativa importante que se desenvolveu nesse período foi o movimento Escola Nova, que segundo SCHÜTZ-FOERSTE,

[...] ao mesmo tempo em que se desenvolve o processo descontínuo e frágil da industrialização brasileira e da instrumentalização dos indivíduos para o trabalho, se desenvolviam outras tendências de ensino, como alternativas à educação tradicional ou à tecnicista. Eram tendências que sinalizavam na direção da construção de uma sociedade democrática. Nessa perspectiva torna-se importante destacar o movimento da Escola Nova, que tem John Dewey e Anísio Teixeira como referências. O movimento da Arte Moderna de 1922, que introduziria as ideias de livre-expressão, também foi elemento fundamental para desencadear mudanças na forma de fazer arte e educação no Brasil. (SCHÜTZ-FOERSTE, 2004, p. 90)

Com a promulgação da constituição em 1988, iniciam-se os debates em torno da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nesse documento a Arte é considerada obrigatória na Educação Básica. Nessa mesma década são sistematizados os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), e neles a disciplina Educação Artística passa a se chamar Arte, incluindo a área de conhecimento ligada à produção, fruição e reflexão artística.

Barbosa (1989) salienta que foi uma grande conquista dos arte-educadores,

[...] que pressionaram e persuadiram alguns deputados que tinham a responsabilidade de delinear as linhas mestras da nova Constituição. Os arte-educadores do Brasil são politicamente bastante ativos. A politização dos arte-educadores começou em 1980 na Semana de Arte Moderna e Ensino (15-19 de setembro) na Universidade de São Paulo, a qual reuniu 2.700 arte-educadores de todo País. Este foi um encontro que enfatizou aspectos políticos através de debates estruturados em pequenos grupos ao redor de problemas preestabelecidos como a mobilização e isolamento do ensino da arte; política educacional para as artes e arte-educação; ação cultural do arte-educador na realidade brasileira; educação de arte-educadores, etc.

A Arte na Educação enfrentou obstáculos e até hoje ela vem sofrendo mudanças. No Brasil, somente em 1996, a Arte conquistou a sua inclusão no corpo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, número 9394/96, que no artigo 26 parágrafo 2º, diz: “O ensino da Arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

A Arte tem então, sua obrigatoriedade em todos os níveis da educação básica no currículo educacional, contido no artigo 26 da LDB 9394/96, teve seu texto modificado na redação dada pela Lei 12.287, de julho de 2010, inserida no parágrafo 2º onde

estabelece que [...] O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos (BRASIL, 2010).

Para atender a EI, foram elaborados os referenciais curriculares, partes integrantes da série de documentos dos parâmetros curriculares nacionais elaborados pelo Ministério da Educação e do Desporto:

[...] O Referencial foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam diretamente com crianças de zero a seis anos, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural brasileira. (BRASIL, 1998)

O “Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil: Conhecimento de mundo” terceiro volume, traz propostas de trabalhos em diferentes linguagens, contemplando o ensino das Artes Visuais e Música. Desse modo, a Educação Infantil fica amparada pela Constituição Federal e pelos referenciais curriculares a ela direcionados.

Arte na educação infantil em Vitória/ES

Após a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96), que instituiu a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio como componentes da Educação Básica, a inserção da disciplina Arte na educação infantil passou a ser uma das preocupações da Secretaria Municipal de Educação - SEME/PMV, somando-se a isso a necessidade da contratação de um profissional, com formação acadêmica e licenciatura em arte.

Com base na publicação da LDB, alguns outros documentos foram elaborados a fim de prescrever orientações teóricas e práticas ao professor que atua na Educação Infantil, por exemplo, O Referencial nacional para a Educação Infantil (1998) e o documento do município de Vitória/ES, Educação infantil: Um outro olhar (2006).

Percebemos que, desde então, a produção e problematização sobre a questão da especificidade da Arte no contexto da Educação Infantil, no município de Vitória, vêm crescendo e há um esforço, por parte dos pesquisadores, para compreender essa prática pedagógica com crianças pequenas.

Ferreira (2011), em sua pesquisa de mestrado constata que,

[...] com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, incluindo a obrigatoriedade da Arte na EI, assim como os órgãos municipais, também os Federais que formam esses profissionais tiveram que adaptarem-se à Lei. A PMV além de atender às necessidades dos/as professores/as e pedagogos/as, foi ajustando-se à nova lei, contratando professores através de concursos públicos. (FERREIRA, 2011, p. 37)

Ainda segundo a autora, antes de ser efetivada a função de professor Dinamizador de Artes, função esta que vigora atualmente, a Prefeitura Municipal de Vitória sugeriu a implantação de alguns projetos em artes, o que já configurava como um ensaio para a inclusão desse profissional na Educação Infantil,

[...] em 1995, a professora Ms. Vera de Oliveira Simões participou como coordenadora, de um projeto piloto que contemplava algumas escolas da Rede Municipal de Vitória, com atividades que envolviam a arte com oficinas de pinturas, desenhos e reciclagem. (FERREIRA, 2011, p. 37)

Em relação aos projetos citados por FERREIRA (2011), a pesquisa de NUNES (2011) relata que o (PROEMV), um dos projetos que funcionava nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's na época, conhecido como Educação Multicultural de Vitória, tinha em seu objetivo central,

[...] revitalizar a proposta curricular da Educação Infantil, auxiliando os professores regentes em suas práticas cotidianas, seus referenciais sobre a infância e acultura lúdica, pela assessoria de aproximadamente 15 professores de Educação Física e Artes. Esses profissionais se reuniam quinzenalmente na SEME, a fim de planejar ações numa dimensão multicultural e depois executar o planejamento nos CMEI's em sistema de rodízio. (NUNES, 2011, p. 22)

NUNES (2011) observa que o programa sofreu diferentes organizações no decorrer de sua execução, no início era um trabalho realizado pontualmente com as crianças, envolvendo práticas de arte, música, jogos, dança, teatro, literatura e esporte, em dado momento se aproximou das necessidades dos(as) professores(as) das unidades de ensino.

Segundo esta autora, foi implementado em 2004 e 2005, o projeto piloto, *Projeto de Implantação das disciplinas de Educação Física e Artes Visuais do Sistema de Educação Básica de Vitória/ES*, grifo da autora. Atento às contribuições acadêmicas,

propunha ressignificar a inserção da Educação Física e das Artes Visuais nas instituições de Educação Infantil, por meio do trabalho de professores especialistas no quadro profissional da instituição. Essa atuação, de acordo com o edital nº 64/2004, não estava condicionada ao momento de planejamento dos/as professores/as regentes. Nesse sentido, organizou-se de forma disciplinar, em horários predeterminados na rotina da escola, em tempos que variavam entre 30 minutos e uma hora.

Ainda segundo esta autora, no ano de 2006, foi proposto um novo cargo aos professores de Educação Física e Artes Visuais, o de *professor dinamizador*, em que cada professor/a especialista, com alguma dessas formações, seria responsável pelo trabalho com as duas práticas pedagógicas, Educação Física e Artes Visuais, num regime de trabalho de 40 horas semanais. As aulas aconteciam durante os planejamentos dos/as professores/as regentes, o que impedia a possibilidade de aulas coletivas, como no projeto piloto. Além disso, não foram criados espaços para planejamento entre os/as especialistas regentes, impedindo a articulação dos professores/as. Essa configuração, segundo NUNES (2011), aponta para um desperdício das experiências criadoras e criativas construídas anteriormente na Rede Municipal. No decorrer do ano, os/as *professores/as dinamizadores*, grifo da autora, também seriam responsáveis por substituir os/as professores/as regentes nos momentos de licença ou em caso de alguma falta, o que desvalorizava ainda mais a especificidade do seu trabalho.

Desse modo, NUNES observa que,

[...] apesar de terem garantido, por meio de concurso público, o trabalho com Educação Física e Artes Visuais, não foram propiciadas condições para que ele se materializasse de acordo com as necessidades das crianças e dos/as profissionais, o que contribuiu para o abandono significativo dos/as profissionais efetivados nesses recentes cargos. (NUNES, 2011, p. 25)

Os/as professores/as especialistas, formados em Educação Física ou Artes Visuais, teriam uma atuação diferenciada, sendo responsáveis pelo trabalho com as duas práticas pedagógicas, com 40h semanais deveriam atender aos dois turnos, matutino e vespertino, e suas aulas deveriam acontecer, obrigatoriamente, no momento dos planejamentos dos/as professores/as regentes. Sendo assim, seus momentos de plane-

jamentos ficavam dispostos em tempos marginais, como os 20 ou 30 minutos iniciais ou finais da jornada diária, período de tumulto, comumente utilizado como tolerância para entrada e saída das crianças. A autora relata ainda que essa organização possibilitou que o cargo de *professor dinamizador*, fosse nomeado pejorativamente, devido às suas condições de trabalho, de *professor desanimador* (grifos da autora).

Dessa forma, a autora aponta que após alguns embates entre os dinamizadores concursados pelo edital 01/2005 e pelas deliberações da PMV, o concurso seguinte, (Edital PMV n. 002/2006) previa vagas para professores dinamizadores de Educação Física e Artes, em respeito às suas especificidades. Ao fim de 2007, os/as professores/as dinamizadores conquistaram o direito de optar pela redução de sua carga horária semanal de 40h para 25h. Ainda nesse ano, outro concurso, foi realizado, reservando vagas para professores/as dinamizadores/as de Artes e Educação Física, com alternativas quanto ao regime de trabalho, 25h ou 40h (Edital 010/2007). Parte dos/as dinamizadores/as que reduziram sua carga horária prestou novo concurso e atualmente possui duas cadeiras como professores/as dinamizadores. A quantidade de planejamentos semanais também sofreu mudanças. Em 2008, os/as professores/as, tanto regentes de classe quanto dinamizadores, conquistaram como direito quatro planejamentos semanais, sendo que em 2009 esse número foi ampliado para cinco.

Concluindo

No decorrer desse breve estudo, percebemos que a inserção da Arte na Educação Infantil, em Vitória/ES, assim como a inserção da Arte na Educação do Brasil, passou e tem passado diversos contratempos ao longo dos anos. Em Vitória, constatamos várias tentativas de inserção da arte na Educação Infantil, tentativas que se configuraram em dado momento como projeto, por exemplo, o Projeto de Educação Multicultural de Vitória - PROEMV, como modelo escolar, como projeto piloto e finalmente com o professor dinamizador, formato esse que está em prática nas unidades de ensino atualmente.

Notas

¹ A pesquisa intitulada “Leitura de imagens na Educação Infantil: uma experiência estética” encontra-se em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES), linha de pesquisa Linguagem Verbal e Visual, orientada pela professora doutora Gerda Margit Schütz-Foerste.

Referências

BARBOSA, Ana Mae. *Arte-educação no Brasil*. 6ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *Arte-educação no Brasil: Realidade hoje e expectativas futuras*. Relato encomendado pela UNESCO à INSEA publicado pela revista estudos AVANÇADOS da USP. 1989. <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8536/10087>. Acesso em 25/03/2015 às 11hs.

BRASIL. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Conhecimento de Mundo*. Vol. 3. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/1996*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

COLA, César Pereira. et al. *Projeto Piloto: Arte no currículo da Educação Infantil*. Vitória: PMV, 2004.

FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira. *A imaginação de Palácio e a mediação das imagens da cidade na educação infantil de Vitória*. Dissertação de Mestrado (mestrado em educação) Linha de Pesquisa Linguagens Visuais e Verbais – PPGE /Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2011.

NUNES, Kezia Rodrigues. *Práticas curriculares da Educação Física na Educação Infantil: um estudo de caso*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos. Vitória: 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. *Educação Infantil do Município de Vitória: Um outro olhar*. Secretaria Municipal de Educação Infantil/Gerência de Educação Infantil, Vitória: Multiplicidade, 2006.

SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit. *Leitura de Imagens: um desafio à educação contemporânea*. Vitória: EDUFES, 2004.

Adélia Pacheco de Freitas Oliveira

Formada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestranda em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Dinamizadora de Artes na Educação Infantil no Município de Vitória/ES, desde 2008.